



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

TEORIA SOCIAL E A INCIDÊNCIA PENSAMENTO CONSERVADOR NO SERVIÇO SOCIAL

MICHELE RIBEIRO DE OLIVEIRA¹
JETSON LOURENÇO LOPES DA SILVA²
RENATA LÍGIA RUFINO NEVES DE SOUZA³

Resumo: O artigo reflete-se sobre o pensamento conservador e sua incidência no Serviço Social. A tentativa de ruptura questionou os fundamentos teóricos, compromissos ético-políticos e a homogeneidade teórica positivista para a aproximação com a tradição marxista. O recrudescimento do conservadorismo na profissão, frente às atuais determinações sócio-históricas, tensiona avanços teóricos e políticos conquistados.

Palavras-chave: Pensamento Conservador; Renovação do Serviço Social; Serviço Social; Teoria Social.

Abstract: it reflects on conservative thought and its impact on Social Service. The attempt to breakage questioned the theoretical foundations, ethical and political commitments and the positivist theoretical homogeneity for the approach marxist tradition. A resumption of conservatism in the profession, given the current socio-historical determinations, tenses theoretical advances and politicians conquered.

Keywords: Conservative Thought; Renewal of the Social Service; Social Service; Social Theory.

1 INTRODUÇÃO

O tema sobre teorias sociais e sua incidência no Serviço Social brasileiro é recorrente no âmbito profissional, com destaque a atenção acadêmica que, no contexto expansão de pensamento “pós-moderno” com tendências explicativas sobre a realidade, influencia e revigora traços do pensamento conservador que acompanha a constituição e o desenvolvimento da profissão. Essa tendência no campo da formação ou do exercício profissional confronta

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: <micheleribeiro.mr@hotmail.com>

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Pernambuco.

³ Professor com formação em Serviço Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

com os avanços teóricos e ideopolíticos expressos na direção social estrategicamente assumida a partir da década de 1980.

É notório que a inserção do Serviço Social no espaço universitário, a partir da década de 1960, no momento de refuncionalização do ensino superior no período da ditadura militar, permitiu a interlocução com as Ciências Sociais, desencadeou polêmicas teórico-metodológicas na profissão, e ainda, a instauração do pluralismo profissional. Como destaca Netto (1998), até a década de 1960, a profissão não tinha polêmicas e presenciava uma homogeneidade (visões e práticas), e apenas com o processo de renovação rompe com essa tendência, ao passo que se instaura o pluralismo no âmbito profissional.

Ao tratar de teorias sociais, requer situá-las como resultantes da dinâmica da sociedade moderna (burguesa) que, com a defesa da racionalidade, a partir do século XVIII, tem a adoção do espírito crítico e da libertação do indivíduo, da ignorância, ao se contrapor à tradição e ao sagrado (representação da escuridão) e ao focar na razão do homem (expressão da iluminação), possibilita a constituição de um pensamento social racionalista. Este se centra na teoria da sociedade burguesa, como forma de apreender as profundas transformações societárias desencadeadas pelos processos revolucionários (no modo de produção e nas relações políticas, sociais, culturais e ideológicas) que marcam os mais diversos âmbitos da vida social. Na busca de apreensão dos novos acontecimentos, ocasionados pela gênese e desenvolvimento do capitalismo, desenham-se perspectivas de exaltação (conservadorismo) ou de crítica (revolucionária), ou seja, as matrizes do pensamento social radicam no aporte conservador ou revolucionário, expressas nas teorias sociais, como o positivismo e a tradição marxista.

Sem dúvida, em contexto histórico determinado, observa-se uma aproximação/adoção ou tendência teórico-metodológica no âmbito do Serviço Social, que certamente está relacionada com as esferas econômicas, políticas, sociais e culturais, que marcam dado período. Essas matrizes, sob as distintas perspectivas, repercutem no âmbito da formação e do exercício profissional, que incidem na forma de apreensão da realidade, nos pressupostos

ideopolíticos e éticos, nos procedimentos metodológicos, na análise da realidade/dados, e ainda, na orientação da intervenção social.

Para entender essa relação, é importante situar que o Serviço Social se gesta e desenvolve como profissão, tendo como pano de fundo o desenvolvimento industrial e a expansão urbana, com acirramento dos conflitos sociais, face ao agravamento da situação de pauperismo e exploração dos/as trabalhadores/as. Desse modo, atribuir sentido à existência do Serviço Social não deve ser pela própria profissão, mas pela relação do modo de produção capitalista, que conforme Netto (2001), na ordem monopólica, propiciou a profissionalização do Serviço Social, através das modalidades pelas quais o Estado burguês enfrenta a “questão social”⁴, tipificadas nas políticas sociais. Assim, o Serviço Social é produto da divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista burguesa, na ordem dos monopólios, e é fundante da profissão a demanda pela reprodução das relações capitalistas de produção.

Se no plano sociopolítico o Serviço Social é produto da divisão social e técnica do trabalho na ordem monopólica, no plano histórico e cultural é marcado pelo pensamento conservador, que conformam a criação, a institucionalização e a consolidação da profissão, seja em sua expressão confessional (Doutrina Social da Igreja, de base neotomista) ou a laica (positivismo). Desse modo, o pensamento conservador é constitutivo da trajetória do Serviço Social, ao apresentar-se como forte componente teórico, ideopolítico na profissão, abrangendo dimensão política, moral, ideológica e teórica. Está claro que a presença do pensamento conservador não pode ser entendida de modo endógeno, mas vinculada ao movimento mais amplo da sociedade.

O debate sobre a tentativa de superação e ruptura com o pensamento conservador foi suscitado a partir da década de 1960, com o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, fenômeno tipicamente latino-americano,

⁴ É importante destacar que, a partir de um referencial teórico crítico, a “questão social” é entendida a partir das relações de produção e reprodução social na sociedade capitalista, que expressam a contradição fundamental, fundada na produção e apropriação de riqueza gerada socialmente, à qual é insuprimível no marco da sociabilidade burguesa. Segundo Yamamoto (2004), a questão social é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho situando-se em espaço de disputa entre projetos societários distintos de interesses de classes, acerca das concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais.

impulsionado pela intensificação das lutas sociais na região, no contexto de crise estrutural, gestada desde meados anos de 1950. Esse movimento propiciou amplos questionamentos sobre a profissão, seus fundamentos teóricos, compromissos éticos e políticos, formação profissional e procedimento de intervenção, considerada as distintas particularidades da profissão na América Latina. No caso brasileiro, a renovação do Serviço Social possibilitou a denúncia da pretensa neutralidade presente na profissão e o deslocamento da homogeneidade do pensamento conservador, sob a forte influência positivista, com presença de direcionamentos de cunho estrutural-funcionalista e até fenomenológico para a aproximação com a tradição marxista. Portanto, este trabalho apresenta algumas reflexões sobre a relação do pensamento conservador, perspectivas teóricas e sua relação e incidência no Serviço Social, ao considerar que o recrudescimento de traços do conservadorismo no âmbito profissional, está atrelado às atuais determinações sócio-históricas.

2 PENSAMENTO CONSERVADOR: APROXIMAÇÃO INICIAL

Ao refletir sobre o pensamento conservador, não se pode apreendê-lo como a-histórico, atemporal, imutável em qualquer sociedade, despido de determinações sócio-históricas, pois como destaca Escorsim Netto (2011), esta é uma expressão cultural particular e preciso: “o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa”. Assim, o pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da sociedade moderna, marcada e dinamizada pelas lutas de classes. As primeiras manifestações do pensamento conservador contrapõem-se aos princípios do Iluminismo, da Revolução Francesa, do liberalismo-burguês; de modo geral, recusa a modernidade e os elementos democratizantes que são constitutivos da dinâmica da sociedade moderna, marcada pela emancipação do homem da fé e da tradição.

Ferreira e Botelho (2010) apontam que o conservadorismo é estruturado como reação ao Iluminismo e as profundas mudanças desencadeadas pela

Revolução Francesa e Revolução Industrial, sendo comum, entre os conservadores, a valorização de formas de vida e de organização passada, da religião, de associações intermediárias entre o Estado e os indivíduos (como família, comunidade, corporação) e a defesa da hierarquia e autoridade. Apresenta uma recusa à centralização estatal, ao individualismo moderno e às diversas manifestações de igualitarismo, que irrompem na sociedade moderna.

Inicialmente, o conservadorismo⁵ defendia a manutenção e modo de funcionamentos das instituições e relações sociais; contrapunha as teorias revolucionárias, a mudança no sistema político; buscava a preservação da tradição e dos costumes como forma de balizar a vida em sociedade. Assim, nos termos de Escorsim Netto (2011), o pensamento conservador é restaurador e antiburguês. Nesse sentido, pode-se mencionar que o “anticapitalismo romântico” é uma expressão do conservadorismo, cujos pensadores não questionam a superação do capitalismo, uma vez que consideram como tendência inevitável do desenvolvimento da sociedade, porém defendem a manutenção de elementos existentes anteriormente, como a valorização da comunidade, família, autoridade, ou seja, o “anticapitalismo romântico” se articula com a perspectiva restauradora.

A partir de 1848, em virtude das manifestações e lutas dos/as trabalhadores/as, tem-se a polarização do pensamento conservador, pois da luta contra a então revolucionária burguesia, converte-se em expressão cultural de defesa e exaltação da ordem burguesa. Essa inflexão é suscitada entre 1830 a 1848, fase de transição do conservadorismo, que desloca a tônica antiburguês para antiproletariado, assumindo uma perspectiva contrarrevolucionária. Assim, converte-se na defesa da burguesia contra o proletariado, novo sujeito revolucionário, com mudança substantiva na função

⁵ Pode-se demarcar alguns momentos de inflexão do pensamento conservador, as quais estão articuladas com as determinações sócio-históricas. Assim, o denominado *conservadorismo clássico*, corresponde ao período de 1789 a 1914 (contexto que vai da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial), o *conservadorismo moderno*, compreende os finais da década de 1910 até 1970 (período de disputas econômicas e ideopolíticas, com a denominada “Guerra Fria”). Com o conservadorismo moderno tem o adensamento, ampliação e reformulação de elementos centrais da tradição conservadora, ao mesmo tempo, que se reveste do discurso científicos dos seus pressupostos. A transição das décadas 1970-80 presencia-se determinações históricas, econômicas, políticas, ideológicas e culturais (com destaque as tendências antidemocrática, antiprogressista, “pós-moderna”) que favorecem o revigoreamento dos valores e pensamento conservador na contemporaneidade, podendo ser qualificado como neoconservadorismo.

social do pensamento conservador, em que se denomina do “*período da decadência ideológica*” da burguesia, nos termos de Lukács (*apud* Bonfim, 2015).

Nesse momento histórico, explicitaram-se as contradições do modo de produção capitalista, cuja burguesia constrói estratégias para obscurecer as contradições intrínsecas das relações desse modo produção. De acordo com Santos (2007), a transformação na função sociopolítica, nos pressupostos teórico-conceituais do conservadorismo, é evidenciada na incorporação dos componentes culturais da ordem burguesa; face aos antagonismos entre as classes fundamentais, os conservadores buscam a conciliação do progresso e a ordem social. Estes defendiam que os problemas que afetam a classe trabalhadora são de ordem moral e não das condições objetivas da relação de produção capitalista, decorrentes do conflito entre o capital e o trabalho. Notadamente, tem-se a cisão entre a esfera econômica e política na apreensão das relações sociais. Com a redefinição da função sociopolítica do pensamento conservador, tem-se o deslocamento das demandas restauradoras para a construção de conhecimento que favoreça a ordem burguesa, revestindo-se do discurso científico, em que o positivismo se torna componente importante da cultura burguesa, que assume o discurso reformista.

Löwy (2013) chama atenção sobre a relação entre as correntes do pensamento social e o ponto de vista de classe. Nesse sentido, o lema de ordem e progresso do positivismo elucida sua vinculação com o ordenamento capitalista. O mencionado autor alerta que, através de argumentos científicos naturais, o positivismo permite legitimar a ordem burguesa estabelecida, tendo como ideia fundamental que a sociedade humana é regulada por leis naturais, invariáveis e independentes da ação e da vontade humana. Assim, o funcionamento da vida social, econômico e político são regulados por leis naturais, e tem-se uma harmonia natural da sociedade. Comporta desse modo, uma naturalização das desigualdades, as quais são concebidas como necessárias para a sociedade. Assim, o positivismo, como uma expressão e um modo de pensar típico da sociabilidade burguesa, tem como ideia e pressupostos a neutralidade, a anulação da ação humana para a

transformação social, o caráter a-histórico e acrítico, sobre a apreensão dos fenômenos e dinâmica social instaurados na sociedade capitalista, ressalta-se que, ao preconizar a desigualdade como natural e necessária, o positivismo se aproxima das características e valores do conservadorismo clássico.

Foi no contexto do acirramento do movimento socialista revolucionário dos operários, a partir de 1848, que o conservadorismo incorpora a racionalidade científica com o positivismo, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida, como salienta Escorsim Netto (2011), em que elabora representações teóricas-metodológicas acerca da sociedade burguesa. Desse modo, como alternativa à crise e à revolução, o positivismo, sobretudo com o pensamento de Durkheim, enfoca o reformismo com a retórica da integração e coesão social. Para tanto, o mencionado teórico advoga por uma reforma moral, com destaque para a educação, como forma de socialização dos indivíduos. Observa-se que a “questão social” se torna objeto de ação moralizadora, repondo os traços constitutivos do pensamento conservador, agora revestido pelo discurso da racionalidade científica. De acordo com Bonfim (2015), a reforma moral do homem e da sociedade é o ponto de complementação do conservadorismo laico e do confessional.

Na transição do discurso restaurador para o reformista, o pensamento conservador subsidia elementos teóricos e políticos no que concerne ao tratamento da “questão social”, que sob a influência da retórica do conservadorismo, implica em reformas sociais, sobretudo, a partir de reforma moral dos indivíduos, com ênfase nas relações de coesão e integração social. É, na forma de tratamento conferida à “questão social”, que se têm os determinantes e as demandas sócio-históricas para o surgimento do Serviço Social. Esse elemento fornece subsídio para entender como a profissão é dinamizada pelo conservadorismo.

Apesar de não ser escopo desse trabalho, é importante salientar como o pensamento conservador é incorporado no Brasil. Para tanto, requer considerar as particularidades de sua formação sócio-histórica. Como alertam Ferreira e Botelho (2010), na origem do pensamento conservador tem-se a reação às várias transições e transformações vividas pela sociedade moderna ocidental,

com a defesa e a valorização das formas de organização social e política passada. Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não possibilitou a ruptura com estruturas sociais e políticas, mas articulou valores da cultura escravista com os do pensamento liberal.

Em relação ao desenvolvimento do capitalismo em um país periférico e dependente, Fernandes (1987) sinaliza a debilidade de suas burguesias, já que são incapazes de realizar transformações democráticas, mas mostram-se competentes para engendrar estruturas autoritárias e de dominação sobre as classes populares. Assim, a dominação burguesa foi marcada pelo traço autocrático, com restrição a tendência democrática, e ainda, por uma oposição dentro dos limites da ordem, em que a não participação popular conforma as relações na sociedade. Isso confronta com a ascensão revolucionária da burguesia, ocorrida em outras formações capitalistas.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A INCIDÊNCIA DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO SERVIÇO SOCIAL

O pensamento conservador é elemento constitutivo das matrizes do Serviço Social, seja de base europeia, vinculado ao catolicismo com a Doutrina Social, marcado pelo “anticapitalismo romântico”; ou norte-americana, associado ao individualismo liberal e ao espírito do capitalismo, calcado no positivismo. Isso demonstra como o conservadorismo é elemento constituinte e constitutivo do Serviço Social, que no caso brasileiro, tem como condições necessárias para sua constituição o “redimensionamento do Estado, na fase monopólica do capitalismo, e o fortalecimento da Ação Católica” (ORTIZ, 2010). É importante destacar que, ao longo de sua trajetória, as perspectivas teóricas repercutem na formação e exercício profissional.

Bonfim (2015) aponta que do início da profissão até meados dos anos 1960, tinha uma convergência entre os objetivos reformista-conservadores do Estado, da burguesia dominante e da Igreja no trato à “questão social”. O

questionamento sobre esses objetivos é foco no processo de renovação da profissão, que se torna mais saliente a partir de meados de 1970. A renovação do Serviço Social brasileiro permitiu a crítica ao conservadorismo, ao configurar um redirecionamento importante para a profissão, a partir das inflexões em seus aportes teóricos e ideopolíticos. Inicialmente, adere aos referenciais positivistas - estrutural-funcionalista (*perspectiva modernizadora*) e da fenomenologia (*reatualização do conservadorismo*), estas impulsionadas pelo contexto de desenvolvimento do capitalismo no país. No polo dessas vertentes conservadoras, há a “*intenção de ruptura*” que, pela primeira vez, propiciou no âmbito profissional uma sistemática crítica ao conservadorismo e a aproximação com a tradição marxista.

Apesar das limitações desse estudo para aprofundar as repercussões dessas perspectivas teóricas no campo profissional, apresentam-se breves elementos que caracterizam as incidências dos aportes teóricos de maior relevo no Serviço Social, ao observar sua articulação com o conservadorismo.

Pode-se mencionar que a adoção da teoria positivista pelo Serviço Social, sob a influência norte-americana, delineia a tendência a tecnificação da ação profissional, a partir de 1945. Há uma perspectiva de ajuste e integração dos indivíduos, calcadas na moralização das relações sociais e da “questão social”, questão fundamental para a profissão. Permite uma tendência a uma coisificação dos fenômenos sociais, analisado a partir dos efeitos e não das suas causas reais, ao descartar os condicionamentos histórico-social e econômico-político. Tem o enfoque na explicação, no empirismo, na superficialidade, e focalização da realidade e dos “fatos” sociais. Prioriza a descrição dos problemas, sem esclarecer os determinantes sócio-históricos, em que medir, quantificar, padronizar, na perspectiva da precisão e controle, são indispensáveis para o processo de apreensão e intervenção social. Isso reduz a apreensão da realidade, sob a visão restrita e aparente, expressa, portanto, uma visão microsocial.

A aproximação com a *fenomenologia* no Serviço Social aponta como insumo para reelaboração teórica e prática da profissão. Essa vertente representou uma oposição à interlocução inicial do legado marxista e da forte

influência do positivismo (funcionalismo) na profissão. De modo geral, a recusa à influência da tradição positivista justificava-se pela interpretação causalista da sociedade e a assepsia ideológica do conhecimento. Assim, com o aporte fenomenológico, tem-se a transição da explicação para a compreensão da realidade e dos fenômenos, por isso o foco no diálogo, na entrevista, ao priorizar a compreensão do vivido e das experiências individuais. Recupera a ação tradicional da profissão, no momento em que revaloriza aspectos da ajuda psicossocial.

Notadamente, observa-se que a expressão do conservadorismo no âmbito do Serviço Social se funda no abandono das dimensões econômico-políticas e históricas da vida social. Ressalta-se que as mencionadas perspectivas, convergem para a análise microsocial, fragmentada da realidade, as quais se esvaziam da apreensão das distintas determinações (econômica, política, social, histórica, cultural, ideológica) que comportam a totalidade social, e ainda, não realizam questionam aos fundamentos da sociabilidade capitalista burguesa.

Apesar de a interlocução com a tradição marxista remontar à década de 1960, somente na transição de 1970-80 ganha corpo no campo profissional, mesmo de forma limitada e reduzida. Na década de 1980, a adoção do legado marxista permitiu um novo direcionamento à profissão, no que concerne aos valores e princípios defendidos e à desmistificação da neutralidade profissional, permitindo colocar-se no horizonte da classe trabalhadora. Sem dúvida, o aprofundamento do debate da tradição marxista permitiu um amadurecimento quanto à produção de conhecimento no Serviço Social. Isso a partir da crítica teórico-metodológica ao conservadorismo e ao marxismo vulgar, além do resgate do significado sócio-histórico da profissão (Iamamoto, 2007). Entende-se que o marxismo é uma teoria científica que apreende o movimento social crítico da sociedade de classe, na órbita da sociedade burguesa capitalista, através do método histórico dialético, subsidia uma reflexão sobre as múltiplas determinações da realidade.

Certamente, a adoção do pensamento marxista, foi (e é) fundamental por constituir a análise da sociedade, permitindo uma maior aproximação com

a realidade das relações capitalistas, que são complexas e dinâmicas. Ainda possibilitou apreender o significado sócio-histórico da profissão, ao desvendar os determinantes para sua emergência. Além de adensar elementos progressistas na profissão, as quais abrangem as dimensões teóricas, políticas e ideológicas, que subsidiam uma nova direção social do Serviço Social.

Essa vertente não implica na ruptura do Serviço Social com o conservadorismo, como discutido por Santos (2007). Ocorreu uma intimidação das demais concepções presentes no campo profissional, o que requer cuidado ao tratar da afirmação da hegemonia progressistas ou marxista no âmbito da profissão, uma vez que o peso do conservadorismo não é nada residual na constituição ideo-teórica do Serviço Social. Essa questão é relevante, requerendo na reflexão na atualidade, frente ao contexto de fortalecimento do pensamento conservador.

A partir da década de 1980, face às condições sócio-históricas, recrudesce o pensamento conservador, com contundentes questionamentos em torno da democracia, da perspectiva progressista e popular, ou seja, da revitalização do pensamento conservador. Tal situação reflete nas Ciências Sociais, conseqüentemente, suscitado pela denominada cultura da pós-modernidade, que como estudado por Santos (2007, p.11), “surge imbricada à atual crise capitalista e caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas, propondo-se como uma alternativa à sua insuficiência”.

Nesse cenário, revigora a moralização da “questão social”, obscurecendo as condições concretas de vida de amplo segmento da população. Com o acirramento das contradições das sociedades capitalistas, buscam-se estratégias para obscurecer e tangenciar os determinantes de suas contradições, cuja intenção é a defesa e hegemonia. Presencia-se o reforço ao individualismo e a responsabilização da família, para ultrapassar a condição de pobreza extrema (*“empoderamento”*). A centralidade na família, expressa uma tendência familista das políticas sociais, com características focalistas, seletivas e segmentadas as quais sinalizam para uma culpabilização da família, pela situação de vulnerabilidade social, e ao mesmo tempo, sua

responsabilização da família em superar as contingências desencadeadas pela maximização da acumulação capitalista e efetivação das políticas sociais.

Ainda, associam-se à tendência de assistencialização, criminalização e judicialização, ao desconsiderar o caráter político e ao reforçar como questão policial. Ressalta-se que é inerente à ordem burguesa, em face da lógica do mercado, converter em questões éticas ou moralizantes a barbárie produzida pela exploração capitalista, em que se vivencia o aprofundamento das desigualdades e profusão das expressões da violência, atingindo intensamente os/as trabalhadores(as) e setores mais subalternos.

Desdobramentos marcantes que coadunam com a influência da cultura pós-moderna, que apesar de apresentar-se como conceito híbrido e de dissidência teórica, são incontestes às mudanças experimentadas nas relações sociais, na cultura, na racionalidade, na exaltação do sujeito consumidor e não sujeitos políticos, no distanciamento da dimensão de classe, na espetacularização da vida privada, da miséria, da violência. Esse fenômeno, que não é isento de ideologia e valores, fortalece os ideais vigentes na sociedade burguesa.

Correspondendo ao movimento mais amplo da sociedade, o “neoconservadorismo” repercute no Serviço Social, uma vez que a profissão se transforma, ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve. A influência “neoconservadora” pode ser evidenciada na recusa à tradição marxista; no enfoque ao perfil tecnicista da profissão, inclusive com a crescente burocratização e normatividade institucional, exigência de atividades que controlam e fiscalizam os usuários dos serviços ofertados nas políticas sociais. Ainda, cresce a tendências fatalista ou messiânica, como estudado por Iamamoto (2004). Certamente, é um cenário que tensiona os pressupostos teóricos e ideopolíticos que orientam a profissão, após a “intenção de ruptura”⁶.

⁶ Importante destacar que na atualidade, emerge no âmbito profissional, movimentos contrários à direção social e política assumida pelo Serviço Social assumida a partir da década de 1980. Podem-se destacar a página em rede social (a exemplo da comunidade do Facebook, denominado de Serviço Social Libertário, criado em 2016, que se propõe a difundir as ideias liberais) e a publicação das “23 Teses pela Reforma do Serviço Social Brasileiro – pelo resgate de sua identidade e de uma cultura profissionalizante” (de autoria de Edson Marques Oliveira, publicado em 23 de setembro de 2017), que refutam a direção social da profissão, da cultura profissional construída a partir da “intenção de ruptura”. Presencia-se: o questionamento da adoção da teoria marxista, a qual é concebida como desconectada com a realidade social, além de representar uma militância política na formação e na prática profissional; a defesa que

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tratar de teorias sociais, requer situá-las como resultantes da dinâmica capitalista burguesa, da sociedade moderna, as quais buscam explicar e apreender as complexas e dinâmicas relações decorrentes das profundas mudanças política, econômica, social, cultural e ideológica. Estas relacionam com a luta de classe instaurada no marco da sociabilidade burguesa. Também, refletir sobre o Serviço Social exige apreender com desdobramento do desenvolvimento da sociedade capitalista.

Ao entender as condições sócio-históricas para emergência da profissão, permite compreender como, em sua trajetória, o pensamento conservador, em momentos históricos e com aportes teóricos distintos, baliza os pressupostos teóricos, políticos, morais e ideológicos na profissão. Isso subsidia elementos para apreender as tensões na profissão na atualidade, especialmente no que concerne à direção social que assume a partir dos anos 1980. É importante considerar que o conservadorismo no Serviço Social é explicitado nas dimensões política, teórica e moral, apresenta-se, de modo difuso, no campo profissional.

uma profissão não deve defender ideologia e ter posicionamento ideopolítico, revitaliza a ideia da pretensa neutralidade da profissão e desconsidera a relação de luta de classes; a reiteração de uma prática profissional com perspectiva de psicologização. Ainda, pode-se destacar o movimento em defesa do Serviço Social Clínico, com realização de Seminários, nos anos de 2016 e 2018. Ressalta-se que a construção de nova direção social para a profissão conformou uma nova cultura profissional, a partir do questionamento da histórica articulação aos interesses burgueses, mediante a perspectiva do controle e ajuste dos/as trabalhadores/as, usuários/as. Assim, ao desmistificar a pretensa neutralidade da intervenção profissional, revelou o significado político da profissão, uma vez que a prática profissional se realiza no complexo e contraditório campo das lutas sociais da sociedade capitalista. Importante destacar que o reconhecimento da dimensão política da profissão, não se confunde com o militantismo ou o politicismo/partidarização da prática profissional, mas sim, de se aproximar aos interesses da classe trabalhadora, ao redefinir a direção da intervenção profissional do Serviço Social na defesa das reivindicações e lutas dos/as trabalhadores/as.

Os questionamentos dos pressupostos teóricos e ideopolíticos do Serviço Social relacionam-se ao movimento mais amplo da sociedade, decorrentes das transformações econômicas, políticas e culturais no mundo a partir dos anos 1950, sobretudo, a partir da eclosão de diversas lutas populares na América Latina na década de 1960. Assim, o processo de renovação, a partir da *“intenção de ruptura”*, desencadeou forte combate teórico e político contra o conservadorismo e expressou avanços profissionais significativos.

A influência do pensamento conservador no Serviço contribui com a dicotomia entre teoria e prática, ao exemplo da profissão vista como atividade executiva e interventiva, que realiza a execução final das políticas sociais. O enfoque e a valorização da técnica para manipulação de instrumentos são evidenciados, e ainda, ao secundarizar ou desprover de análises e apreensão dos determinantes das demandas históricas colocadas para a profissão. Outro aspecto é a naturalização das relações sociais na dinâmica capitalista, cujas desigualdades, exploração e luta de classes tornam-se questão de reforma moral (do indivíduo e da sociedade). Através da socialização, consegue a integração e coesão social, já que na sociedade paira a harmonia. Para tanto, revela ações pautadas na moralização da realidade, inclusive é recorrente na atualidade.

Na atualidade, ao analisar a problemática vivida no heterogêneo mundo capitalista, é fulcral fazer referência à luta de classes, aos sujeitos políticos envolvidos, e às desigualdades sociais, decorrentes da lógica de maximização dos lucros e acumulação, promovida com aumento da exploração. Entretanto, presencia-se o esvaziamento das particularidades históricas, com forte tendência de mitificar a ausência de conflitos de classes, imprescindível para a atual sociabilidade capitalista, ao desvencilhar o sujeito de sua dimensão de classe social. O revigoramento do conservadorismo, compatível com uma tendência pós-moderna, reflete sobre a teoria social, com recusa à perspectiva teórica crítica e de abordagem da totalidade social, com a possibilidade de apreender as condições concretas e materiais que marcam a vida social, em dado contexto histórico.

Diante das reflexões, entende-se que o rompimento com o pensamento conservador não ocorre mediante processo endógeno, mas está estritamente articulado com as mudanças significativas e amplas que configuram as relações sociais. Por isso, ao tratar da incidência do conservadorismo no Serviço Social, exige considerar as demandas sócio-históricas e ideopolíticas colocadas para a profissão, e certamente, as respostas formuladas para atender essas demandas. Estas não devem ser secundarizadas, pois cada vez se revestem de caráter conservador, ao desafiar profundamente a direção social assumida pela profissão a partir dos anos 1980. Diante do exposto, entende-se que as reflexões aqui apresentadas, são aproximações iniciais, evidentemente requerendo maior aprofundamento sobre elementos então suscitados.

REFERÊNCIAS

BONFIM, Paula. **Conservadorismo moral e Serviço Social**: a particularidade da formação moral brasileira e a sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos para sua caracterização. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs). **Revisão do pensamento conservador**: ideias e política no Brasil. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2010. p. 11 a 21.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 7ª Edição. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. n. 3. Brasília: ABEPSS. Grafia Odisseia, 2004. p. 09 a 32.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social pós-64. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social**: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009. p. 668 a 696.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.